

**Racismo Institucional, e sua influência nas Funções
Cognitivas e no Processo de Aprendizagem: Uma
Análise Neuropsicopedagógica da Desigualdade
Racial no Contexto Educacional**

Structural Racism and its Influence on Cognitive Functions and
the Learning Process: A Neuropsychopedagogical Analysis
of Racial Inequality in the Educational Context

**Antonio Cordeiro de Souza Junior
Christiane de Araujo Monteiro Dias**

1

RESUMO

Racismo hoje, é uma das palavras mais politicamente carregadas de nosso vocabulário, e também uma das mais controversas. Será que racismo seria apenas a atitude de um grupo racial ou seria também uma crença de uma superioridade biológica ou cultural também? O racismo institucional é uma expressão que vem ganhando destaque nas discussões sociais, políticas e acadêmicas do Brasil. O tema aborda como as desigualdades raciais, profundamente enraizadas nas estruturas sociais, afetam o desenvolvimento cognitivo e o desempenho acadêmico de estudantes negros. A análise Neuropsicopedagógica do tema investiga como as condições sociais e raciais influenciam o cérebro e o comportamento dos estudantes, propondo abordagens pedagógicas que considerem as especificidades culturais e emocionais desses alunos.

Palavras-chaves: Racismo, Racismo Institucional, Desigualdade Racial, Análise Neuropsicopedagógica, Abordagens Pedagógicas.

¹ Nota do autor

antoniojunior3@gmail.com

Controller, Professor Universitário, Neuropsicopedagogo, Mestre e Doutorando em Educação

profchrismonteiro@gmail.com

Neuropsicopedagoga, especialista em ABA comportamental aplicada ao autismo, Múltiplas deficiências e em Neuroeducação. Mestranda em Ciências da Educação.

ABSTRACT

Racism today is one of the most politically charged words in our vocabulary, and also one of the most controversial. Is racism just the attitude of a racial group or is it also a belief in biological or cultural superiority? Institutional racism is an expression that has been gaining prominence in social, political and academic discussions in Brazil. The topic addresses how racial inequalities, deeply rooted in social structures, affect the cognitive development and academic performance of black students. The Neuropsychopedagogical analysis of the topic investigates how social and racial conditions influence the brain and behavior of students, proposing pedagogical approaches that consider the cultural and emotional specificities of these students.

Keywords: Racism, Institutional Racism, Racial Inequality, Neuropsychopedagogical Analysis, Pedagogical Approaches

Introdução

O termo raça, no século XIX, era baseado nas classificações taxionômicas das ciências biológicas pelas quais os seres vivos eram categorizados. Assim, presumia-se que, nos grupos humanos, características genéticas determinavam características fenotípicas e mesmo sociais. A expressão, ainda hoje utilizada, que bem exemplifica essa associação é dizermos que uma pessoa tem determinado comportamento ou habilidade porque “está no sangue”.

A aplicação da teoria darwinista às ciências humanas resultou em teorias racialistas e evolucionistas sociais que sustentavam a ideia de superioridade racial de determinados grupos, dividindo a história humana em fases da barbárie à civilização, em que sociedades consideradas superiores se julgavam civilizadas. Este pensamento foi usado para justificar empreendimentos neocoloniais e a escravidão de povos não brancos, que reverberaram em diferentes formas de racismo ao longo dos séculos (Mundo Educação). Segundo Almeida (2019), o racismo institucional é consequência do funcionamento das instituições, que mesmo indiretamente atuam para perpetuar desvantagens a grupos racializados, mantendo a hegemonia de determinado grupo no poder, sustentando políticas e práticas racistas baseadas em ideologias pseudocientíficas como o darwinismo social.

Entre 1501 e 1870, mais de 12,5 milhões de africanos foram raptados, vendidos como escravos e transportados para o continente americano. Desses, cerca de 1 a cada 4 foram enviados para o Brasil, totalizando aproximadamente 4,8 milhões até a segunda metade do século XIX. Cerca de 20%, ou 1,8 milhão de pessoas, não chegaram ao destino — faleceram de doenças como escorbuto, varíola, sarampo, sífilis, disenteria, ou pela brutalidade dos traficantes. Muitas vezes, os mortos permaneciam por dias junto aos vivos nos navios negreiros antes de serem lançados ao mar. Nesse período, até mesmo o comportamento dos cardumes de tubarões no Oceano Atlântico foi alterado, acompanhando os corpos lançados ao mar. Indivíduos que sobreviviam à longa e tortuosa travessia, que podia durar meses, chegavam debilitados, subnutridos, doentes, machucados e, por vezes, cegos devido a infecções oculares (Gomes, 2019).

Após o fim do período imperial em 1889 e da abolição da escravidão em 1888, as elites brasileiras defenderam intensamente a vinda de imigrantes europeus, embasadas em ideais racistas que retratavam os negros como uma raça “decrépita” e “indolente”. Essa presunção de superioridade branca persistiu apesar de muitos dos imigrantes europeus serem analfabetos e tecnicamente despreparados, chegando com o propósito de ocupar funções e desempenhar trabalhos que os negros escravizados e ex-escravizados haviam realizado por séculos. As assembleias legislativas estaduais debatiam fervorosamente a necessidade de políticas de imigração, como demonstrado na Assembleia Legislativa de São Paulo em 1888, que discutiu a concessão de terras para os recém-chegados europeus como incentivo (São Paulo, 1888, p. 32).

A vinda desses imigrantes foi incentivada pelos governos estaduais e federais com a promessa de terras e facilidades para assentamento, numa política aberta visando tanto suprir a escassez de mão de obra quanto promover o "branqueamento" da população brasileira, considerado um ideal pelos setores dominantes da época (Cidadania 4U, 2025; Brasil Escola, 2013). Esse movimento migratório marcou profundamente a configuração demográfica, econômica e social do Brasil no final do século XIX e início do XX, consolidando a hegemonia branca e aprofundando desigualdades raciais estruturais.

A discussão da identificação racial no Brasil não pode ser realizada sem o resgate da

escravização do povo negro. É crucial lembrar que a escravização negra no Brasil, assim como em todas as colônias da América, foi fundamental para a manutenção e organização do processo de acumulação primitiva de capitais nas metrópoles. Partindo da premissa que a colonização das Américas estava completamente integrada ao processo de reprodução do capitalismo comercial, o papel dos negros foi decisivo para a construção e reprodução econômica do império europeu. Além disso, a ausência do escravizado resultaria na inexistência de uma estrutura econômica brasileira, dado que todo o processo produtivo no país se baseava no trabalho árduo dos corpos negros, tanto nas plantações de cana-de-açúcar quanto na mineração (Cruz, 2018).

As ideias racistas, embora tenham sido amplamente refutadas sob os pontos de vista empírico e teórico ao longo do século XX, persistem ainda hoje entre mentes dogmáticas, conservadoras e obscurantistas, que atraem demagogos e mobilizam ignorantes no século XXI. Estereótipos discriminatórios direcionados a populações indígenas, asiáticas, africanas e americanas têm uma história que se estende por mais de cinco séculos, sendo frequentes em discursos e práticas sociais globalmente. Ressalte-se que características como a ausência de escrita em algumas culturas não implicam incapacidade cognitiva, tampouco justificam concepções ultrapassadas de subespécies humanas segundo o conhecimento científico atual (Almeida, 2019; Kabengele)

Para viabilizar a integração dos imigrantes europeus brancos — considerados “arianos” pelo ideal elitista da época — o governo brasileiro implementou medidas legislativas que facilitaram a naturalização automática desses estrangeiros, inclusive promovendo o pagamento das passagens para sua vinda (Decreto nº 58-A, 1889; Moraes, 2014). Essa política acompanhou a intenção de “embranquecer” a população brasileira, refletindo o racismo estrutural dominante.

Dessa forma, os danos produzidos pelas políticas públicas de segregação étnico-racial contra a população negra no Brasil tornaram-se irreparáveis e irreversíveis, apesar de esforços mitigatórios recentes. O racismo institucional, embora pouco debatido, possui profundas implicações na vida de milhões de pessoas, manifestando-se de maneira sutil, porém sistemática, ao perpetuar desigualdades estruturais por meio de normas, políticas e práticas nas instituições públicas e privadas. Diferentemente do racismo individual, explícito e direto, o racismo institucional opera de forma perversa e

estrutural (Almeida, 2019; Souza, 2011).

O vínculo entre modernidade, colonialidade e racismo demonstra a impossibilidade de compreendê-los de forma isolada, pois a construção da modernidade europeia está imbricada à colonialidade racial. A presença negra, desde o período colonial, constitui o substrato oculto da modernidade, com raízes nos primeiros anos do tráfico de africanos em Portugal em 1444, quando esses foram transformados em objetos e mercadorias (Mbembe, citado em file:2; Nabuco, citado em file:2). Como nos diz Mbembe: “O negro é de fato o elemento central que, ao mesmo tempo, que permite criar, através da plantação, uma das mais eficazes formas de acumulação de riqueza, na época, acelera a implantação do capitalismo mercantil, do trabalho mecânico e do controle do trabalho subordinado”.

O conceito da "invenção do negro" abre caminho para compreender como, historicamente, a construção social da raça negra no Brasil foi instrumentalizada para legitimar a escravidão e o sistema colonial. Esta criação social serviu não apenas para justificar a importação de mão de obra escrava para as plantações, definidas como os primeiros campos de concentração, mas também para instaurar uma violência sistêmica de controle social e repressão contra a resistência dos escravizados (Mbembe, 2014; Geledés.org, 2022). Ao mesmo tempo em que a expansão econômica europeia ampliava seus domínios, o imaginário colonial europeu se fechava numa autoimagem etnocêntrica que racializava todas as pessoas não europeias, criando uma estrutura de exclusão e opressão fundamentada no racismo.

Assim, a invenção do negro como categoria racial foi o fim imediato e o modelo heurístico desse processo colonial. Na visão do abolicionista Joaquim Nabuco, a escravidão por 300 anos impregnara profundamente o caráter, o temperamento e a moral da sociedade brasileira, tornando evidente que enquanto esse legado não fosse superado, a luta abolicionista manteria sua razão de ser (Nabuco, citado em estudos históricos; Geledés.org, 2022).

Racismo institucional refere-se a processos, atitudes e comportamentos discriminatórios incorporados nas operações rotineiras de instituições como escolas, hospitais, tribunais e empresas. Essas práticas podem não ser intencionais, mas têm como efeito a reprodução sistemática de desigualdades raciais, favorecendo determinados grupos em detrimento de outros (Almeida, 2019; PNUD/DFID, 2014).

Na educação, o racismo institucional manifesta-se na disparidade entre a qualidade das escolas localizadas em bairros predominantemente brancos e aqueles situados em comunidades majoritariamente negras. Estudantes negros frequentemente enfrentam expectativas acadêmicas mais baixas e punições disciplinares mais severas, o que prejudica seu aprendizado e desenvolvimento (Souza, 2011; Lewis, 2014).

No setor da saúde, essa forma de racismo se expressa através do acesso desigual a serviços, tratamentos diferenciados e da sub-representação de profissionais negros, contribuindo para piores resultados de saúde entre a população negra que sofre com a limitação no acesso a cuidados preventivos e tratamentos adequados (Gálvez & Brito, 2020).

No mercado de trabalho, a discriminação aparece em níveis baixos de diversidade nas posições de liderança, disparidades salariais e restrições na ascensão profissional de trabalhadores negros. Muitas empresas mantêm práticas institucionais que, mesmo sem intenções explícitas, perpetuam exclusões raciais (Almeida, 2019; Carmichael & Hamilton, 1967).

O sistema de justiça criminal é um dos exemplos mais evidentes de racismo institucional no Brasil, caracterizado por policiamento mais agressivo em comunidades negras, sentenças mais severas para réus negros e altas taxas de encarceramento dessa população, demonstrando uma desigualdade racial sistemática nas práticas judiciais e policiais (TRE-AL, 2024; Fonseca, 2022; Agência Brasil, 2024). Dados recentes indicam que cerca de 70% da população carcerária brasileira é negra, evidenciando o racismo estrutural que permeia o sistema penal e a seletividade racial naturalizada nas instituições de justiça (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

No setor imobiliário, práticas discriminatórias e falhas nas políticas públicas habitacionais resultam em segregação residencial, desigualdade no acesso a moradias dignas e desinvestimento em áreas predominantemente negras, levando à precariedade na infraestrutura urbana e insuficiência nos serviços públicos nessas regiões (TRE-AL, 2024; Ipea, 2013).

O racismo institucional representa uma barreira significativa para a igualdade racial, sendo imprescindível seu reconhecimento e a implementação de ações sistemáticas

para desmontar essas estruturas injustas. A construção de uma sociedade mais justa e equitativa demanda o comprometimento coletivo de instituições e indivíduos no enfrentamento dessas desigualdades (Fonseca, 2022; TRE-AL, 2024).

O Racismo hoje, é uma das palavras mais politicamente carregadas de nosso vocabulário, e também uma das mais controversas talvez por isso toda a luta antirracista torna-se uma luta, não contra as condições materiais e intelectuais que produzem e reproduzem o racismo, mas tão somente contra àqueles que difundem ou são privilegiados por ele será que racismo seria apenas a atitude de um grupo racial ou seria também uma crença de uma superioridade biológica ou cultural também. O significado do conceito está muito além disso, é preciso compreender que o ato racista não é apenas sobre questões individuais, mas sobre as estruturas (racismo estrutural que veremos adiante) e instituições que produzem e reproduzem a desigualdade racial. O historiador e sociólogo afro-americano W.E.B. Du Bois ele afirmou que: “O problema do século XX seria o problema da linha de cor, que a relação das raças mais escuras para as mais claras na Ásia, África e na América e que isso definiria o problema e a linha divisora de nossa sociedade”.

As desigualdades raciais não são exclusivas do Brasil. As ideologias de superioridade e inferioridade de seres humanos se reproduzem há séculos em todo o mundo, através de sistemas de dominação e subjugação que herdamos das épocas da escravidão, do colonialismo, do imperialismo e do Apartheid. (ACNHUR e UNESCO, 2001).

O Impacto do Racismo no Cérebro e nas Funções Cognitivas

Revisão da literatura científica sobre os efeitos do estresse crônico causado pelo racismo, destacando como esse estresse afeta áreas do cérebro ligadas à memória, tomada de decisões, controle emocional e aprendizado no qual Segundo Cambi (1999), no século 19 a preocupação com a infância torna-se presente na sociedade e passa a ser concebida como uma etapa a ser tratada diferente dos adultos, merecendo atenção específica às suas características. As ciências humanas e as instituições educativas burguesas puseram a criança no centro da Pedagogia, assumida na sua especificidade psicológica e na sua função social.

À medida que essa etapa é compreendida como essencial à formação das crianças, em que suas especificidades sejam consideradas e validadas em um trabalho que as

enxergue como seres em potencial, sujeitos históricos, de direitos, em constante aprendizagem, é importante elucidar os conceitos de cuidar e educar dentro das instituições. A neurociência aplicada à educação tem revolucionado a forma como entendemos o processo de aprendizagem, elucidando como o cérebro cria e fortalece conexões neurais durante o aprendizado e como as memórias se consolidam (Lent, 2019; Famart, 2025).

Os avanços e descobertas na área da neurociência ligada ao processo de aprendizagem é sem dúvida, uma revolução para o meio educacional. A Neurociência da aprendizagem, em termos gerais, é o estudo de como o cérebro aprende. É o entendimento de como as redes neurais são estabelecidas no momento da aprendizagem, bem como de que maneira os estímulos chegam ao cérebro, da forma como as memórias se consolidam, e de como temos acesso a essas informações armazenadas. A neurociência educacional proporciona um entendimento objetivo dos processos mentais, incluindo a estrutura e o funcionamento neuroquímico envolvidos no comportamento e nos desafios relacionados à aprendizagem (Costa, 2023). Além disso, estudos sobre crianças e jovens racializados destacam as barreiras impostas pela discriminação racial, que prejudicam o desenvolvimento cognitivo e emocional, dificultando a promoção de ambientes educacionais saudáveis e inclusivos (Silva, 2025; Lopes, 2018).

Estudo das experiências de crianças e jovens racializados em escolas, com ênfase nas barreiras que enfrentam devido à discriminação racial. Reflexão sobre como essas experiências impactam o desenvolvimento cognitivo e emocional, dificultando a construção de um ambiente de aprendizagem saudável.

Educação Antirracista e Intervenções Neuropsicopedagógicas

A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática exige que a educação vá

além da mera transmissão de conteúdos. No contexto das desigualdades raciais, a escola se torna um espaço privilegiado tanto para a reprodução quanto para a desconstrução do racismo institucional. É nesse cenário que emerge a necessidade de uma educação antirracista, fundamentada em práticas pedagógicas que reconheçam as diferenças étnico-raciais e promovam equidade.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003, que incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, representou um marco no enfrentamento das desigualdades educacionais. No entanto, sua efetividade ainda encontra resistências, seja pela ausência de formação adequada dos professores, seja pela reprodução de estereótipos nas práticas pedagógicas (MATOS; BISPO; LIMA, 2017). Como destaca Munanga (2005), superar o racismo na escola não se resume à inserção de conteúdos, mas implica uma transformação profunda das mentalidades e das práticas institucionais.

Do ponto de vista neuropsicopedagógico, a implementação de práticas antirracistas é também uma forma de proteção cognitiva. Estudos demonstram que ambientes educacionais marcados pela discriminação racial aumentam o estresse tóxico, prejudicando funções como atenção, memória e autorregulação (CARTER, 2007; PIETERSE et al., 2012). A criação de espaços pedagógicos inclusivos e acolhedores, por sua vez, contribui para a redução desses impactos, favorecendo o desenvolvimento emocional e cognitivo dos estudantes.

Nesse sentido, algumas estratégias neuropsicopedagógicas podem ser destacadas:

1. Promoção da autoestima e identidade positiva – Trabalhar a valorização da cultura e história afro-brasileira permite que estudantes negros construam uma autoimagem fortalecida, contrapondo-se às narrativas de inferiorização.

2. Formação docente continuada – A capacitação de professores em educação antirracista é essencial para que compreendam os efeitos do racismo no processo de aprendizagem e possam desenvolver práticas pedagógicas inclusivas (ORLANDO; FERREIRA, 2014).

3. Intervenções socioemocionais – Atividades que desenvolvam empatia, resiliência e regulação emocional podem reduzir os efeitos do estresse causado pela discriminação, criando um ambiente de maior segurança psicológica para todos os estudantes.

4. Políticas institucionais integradas – A escola, como instituição, precisa adotar políticas claras de enfrentamento ao racismo, estabelecendo protocolos de denúncia e acompanhamento das situações de discriminação, em articulação com famílias e comunidades.

A neuropsicopedagogia, ao integrar conhecimentos da psicologia, pedagogia e neurociências, fornece subsídios para compreender que o racismo institucional não é apenas uma questão social, mas também um fenômeno que afeta diretamente o funcionamento cerebral e, por consequência, as condições de aprendizagem. Assim, investir em práticas pedagógicas antirracistas é investir no desenvolvimento humano integral, garantindo condições mais justas para que cada estudante alcance seu pleno potencial.

Como destaca Paulo Freire (2005), "a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo". Ao se pensar numa educação antirracista, o compromisso não se limita ao ambiente escolar, mas se projeta na formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de construir uma sociedade mais justa.

MÉTODO

O acesso desigual a recursos educacionais e apoio psicopedagógico para estudantes

racializados resulta em disparidades significativas de aprendizado e desenvolvimento. A discriminação sistemática gera estresse crônico, que afeta a memória, concentração e capacidade de tomada de decisão (Anuário Brasileiro de Educação Básica, 2025; Terra, 2025). Além disso, a ausência de recursos adequados e o racismo institucional limitam o potencial cognitivo e o desenvolvimento de habilidades desses estudantes (Revista Educação, 2025).

No contexto brasileiro, o racismo institucional tem raízes históricas profundas, sendo um legado estrutural que se manifesta cotidianamente, perpetuando a marginalização e restringindo oportunidades (Itaú Educação e Trabalho, 2025; Anuário Brasileiro de Educação, 2025). Essa forma de violência social baseada na raça compromete diretamente as funções cognitivas, criando um ciclo vicioso de exclusão e baixa performance escolar (G1, 2023; Revista Educação, 2025).

O preconceito de pessoas com pele diferente, aspecto diferente também é muito antigo tentando explicação ao racismo, a eugenia ou simplesmente melhoria das raças. A eugenia é a seleção dos seres humanos com base em suas características hereditárias com objetivo de melhorar as gerações futuras. O termo foi criado pelo cientista inglês Galton, Francis (1822 - 1911), em 1883. A palavra eugenia deriva do grego e significa "bom em sua origem ou bem nascido".

Kabengele Munanga esclarece que o problema fundamental não está na classificação dos seres humanos segundo a variabilidade de características físicas, pois essa organização contribui para o conhecimento científico. Contudo, ressalta que o que os europeus fizeram foi criar essa classificação com um caráter hierárquico, estabelecendo uma escala de valor entre as raças, onde a branca foi considerada superior, enquanto outras raças foram tidas como inferiores, estúpidas, emocionais, menos honestas, menos inteligentes e, portanto, sujeitas à escravidão e outras formas de dominação. Ele destaca que, embora hoje o conceito de raça não tenha validade na ciência natural, permanece como um conceito das ciências sociais para estudar, debater e criticar as desigualdades raciais na sociedade (Munanga, 2022).

A desigualdade étnico-racial, uma das características mais marcantes da sociedade brasileira, não decorre apenas da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas, principalmente, da hegemonia que o grupo racial formado pelas pessoas brancas exerce,

sobretudo nas instituições, utilizando mecanismos institucionais para imposição dos seus interesses políticos e econômicos.

Racismo Institucional é, pois, o fracasso e a incapacidade das organizações e instituições proverem serviços apropriados e profissionais à algumas pessoas em razão da cor da pele, da cultura ou de suas origens étnicas, visto ou percebido em atitudes e comportamentos que culminam em discriminação por preconceito, de forma involuntária e premeditada, por falta de conhecimento, desinteresse e pela reprodução de estereótipos racistas que colocam pessoas pertencentes à minorias étnicas em desvantagem perante o grupo hegemônico, afetando principalmente as populações negras e indígenas (Kalckmann, 2007).

A situação do negro nas instituições públicas e privadas do Brasil foi muito bem descrita e analisada por Sílvia Almeida (2020), para quem o racismo é uma imoralidade e uma conduta criminosa, e como tal, passível de responsabilização. Trata-se de obstáculos invisíveis que impedem os grupos vulnerabilizados de acessarem direitos, e políticas institucionais que produzem consequências desiguais para membros das diferentes categorias étnico-raciais, mesmo quando não está presente o suporte da teoria racista da intenção (Souza, 2011).

A influência do racismo institucional nas funções cognitivas é um tema de crescente interesse nas áreas de psicologia, educação e neurociência. Quando indivíduos pertencentes a grupos racialmente discriminados enfrentam discriminação sistemática, isso pode resultar em um estresse crônico que impacta negativamente suas funções cognitivas (Carter, 2007; Pieterse et al., 2012). O estresse constante pode levar a dificuldades em áreas como:

1. Memória: O estresse e a ansiedade provocados por experiências de discriminação podem prejudicar a capacidade de retenção e recuperação de informações, dificultando o aprendizado e a performance acadêmica.
2. Concentração: A preocupação com a discriminação e a marginalização pode desviar a atenção dos indivíduos, tornando mais difícil focar em tarefas acadêmicas ou profissionais.
3. Tomada de Decisão: O racismo institucional pode criar um ambiente de

incerteza e insegurança, o que pode afetar a capacidade de tomar decisões informadas e racionais.

4. Autoestima e Motivação: A experiência contínua de discriminação pode minar a autoestima e a motivação dos indivíduos, levando a um ciclo de desengajamento e subdesempenho.

Além disso, a falta de representatividade e de um ambiente educacional inclusivo pode limitar as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para esses estudantes. A ausência de modelos positivos e de apoio pode reforçar a sensação de alienação e desvalorização.

Portanto, é crucial abordar o racismo institucional de maneira crítica e implementar mudanças que promovam um ambiente educacional e social mais equitativo. A criação de políticas inclusivas e a promoção da diversidade nas instituições podem não apenas mitigar os efeitos negativos do racismo nas funções cognitivas (Carter, 2007; Pieterse et al., 2012), mas também contribuir para o desenvolvimento de um ambiente mais justo e propício ao aprendizado e ao crescimento de todos os indivíduos, independentemente de sua origem racial.

A discriminação racial e seu impacto em pessoas negras têm sido documentados de forma interdisciplinar. Pieterse, Todd, Neville, & Carter (2012) apontam o compartilhamento de objetivos entre os trabalhos de Dubois, de Fanon e de Feagin, qual seja, que “as experiências de racismo impõem um fardo psicológico significativo sobre as pessoas” (p. 2). De especial interesse para este estudo é o trabalho de Fanon (1952/2008), que argumentou que o racismo ocidental penetra as estruturas psíquicas do homem moderno de forma que opressor e oprimido terminam regidos por um mesmo registro de recalque e repressão. Contemporaneamente, os próprios estudos de psicólogos multiculturais (Carter, Helms, Parham, Pedersen, Ponterotto, Ridley, os irmãos Sue etc.) são elaborações do pensamento de Frantz Fanon.

O impacto da discriminação racial permanece objeto de estudo e tem ganhado força mundialmente (Carter, 2007; Helms, 1984; Helms, & Cook, 1999; Paradies, 2006; Ridley, 2005; Sue, & Sue, 2003, 2016). Os estudos sugerem uma conexão entre racismo e saúde física que parece continuar ao longo da vida da pessoa alvo. Elucidam uma gama de possíveis efeitos, os quais podem resultar do estresse do racismo e, por sua vez, comprometer a saúde mental, culminando no “Dano por Estresse Traumático de Base

Racial”² (*Race-Based Traumatic Stress Injury* – RBTS, segundo Carter, 2007). Os estudos alcançaram o desenvolvimento de uma escala para avaliação desse dano (Carter et al., 2013).

Em um dos raros escritos nacionais (não indexado) sobre o tema, Silva (2005) afirma “sem medo de errar” (p. 129) que a grande maioria da população negra vive em incessante sofrimento mental devido, por um lado, às condições de vida precárias atuais e, por outro, à impossibilidade de antecipar melhor futuro. Ela aponta diversos sintomas físicos e psíquicos advindos da permanente condição “de tensão emocional, de angústia e de ansiedade, com rasgos momentâneos dos distúrbios de conduta e do pensamento” (p.130), vivida cotidianamente pela pessoa alvo do racismo. Essa condição constante causa transtornos tais como taquicardia, hipertensão arterial, úlcera gástrica, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não provocada, comprometimento da identidade e distorção do autoconceito. Parece ser ‘politicamente correto’ tratar o afro-descendente como ‘moreno’, palavra fortemente enraizada na cultura brasileira. É um exemplo de uma situação que revela uma estratégia simbólica de fuga de uma realidade em que a discriminação impera. Dessa forma, as pessoas procuram elementos de identificação em símbolos do grupo considerado social e economicamente dominante, no caso o brasileiro branco-europeu. Enfim, a exposição cotidiana a situações humilhantes e constrangedoras pode desencadear um número de processos desorganizadores dos componentes psíquico e emocional (Silva, 2005). Em sendo um problema para a saúde física e mental da pessoa, esse sofrimento causado pelo racismo passa, necessariamente, a ser um problema de saúde pública. Como tal requer proposições de políticas públicas que garantam o direito a um serviço de saúde mental eficaz direcionado especificamente ao sofrimento da população negra produzido pelo racismo.

Considerações finais

Por que os negros e índios não se revoltaram contra a exploração e subjugação ao longo desses quatro séculos de dominação se unidos eram em maior número? A revolta do colonizado não ocorreu porque o domínio não era apenas feito pela força, mas também pelo imaginário e pela subjetividade. É nesse ponto que afirmamos com

Quijano e os pensadores decoloniais que a colonialidade foi o lado oculto da modernidade europeia. Apoiados pelo cristianismo e pelo eurocentrismo, o capitalismo colonial moderno forjou novas identidades raciais a partir de um padrão racial e de desenvolvimento humano supostamente superior, o branco europeu. Sob a alegação de superioridade epistêmica, o modelo de racionalidade europeu, instrumental e científico se colocou como paradigma mundial de conhecimento com validade universal. Usando como base de suporte o domínio geopolítico do capitalismo colonial, a racionalidade europeia se impôs mundialmente como único modo de conhecimento válido, escamoteando com a força da dominação econômica e política a sua origem etnocêntrica (Quijano, 2000; Mignolo, 2016; Silva, 2023).

Além disso, a fragmentação das comunidades indígenas, compostas por diversas tribos e nações com línguas e tradições distintas, dificultava a formação de um movimento unificado, dificultando a resistência coordenada contra a colonização (UFAC, 2019; USP, 2024). A repressão severa das autoridades, com punições e execuções, instaurava um clima de medo que desestimulava revoltas (UFBA, 2020).

A análise do racismo institucional revela um fenômeno complexo que afeta profundamente as funções cognitivas e o processo de aprendizagem dos grupos racialmente marginalizados, impactando também a saúde mental e o bem-estar emocional dos estudantes. Estudos do Departamento de Psiquiatria e Ciências Comportamentais da Universidade Emory mostram que o estresse causado pelo racismo altera o cérebro, aumentando o risco de doenças como asma, diabetes e dor crônica (Emory University, 2024). Além disso, essas descobertas ampliam o conhecimento dos efeitos negativos do racismo na estrutura da matéria branca cerebral, demonstrando seu impacto na saúde geral da vítima (Emory University, 2024).

A persistência do racismo como prática social constitui um obstáculo à redução das desigualdades raciais, vencido apenas por meio da mobilização de esforços específicos e implementação de políticas públicas eficazes que respondam às desigualdades existentes, exigindo compromisso para construir uma sociedade mais justa (IPEA, 2013; TRE-AL, 2024). A ausência reiterada do Estado em prover serviços adequados e a baixa qualidade do atendimento às populações negras evidenciam o racismo institucional histórico presente nas instituições (Almeida,

2019). A busca constante por dados desagregados que possam expressar a vivência cotidiana da população negra brasileira é fundamental para o aprimoramento das políticas públicas e reconhecimento desse quadro complexo (IPEA, 2013; Almeida, 2019).

Como bem ressalta Michels (2005), os educadores precisam superar em muito os entraves que ainda impedem a sua prática docente para um atendimento pedagógico em um processo mais amplo e diverso, com igualdade e que de fato faça acontecer a escolarização dessas crianças. E como um exemplo de barreira a ser superada é o modelo médico-psicológico que influencia as formações dos currículos diante dos cursos de formação dos professores que objetivam lecionar nas escolas regulares da educação básica.

Além disso, a fragmentação das comunidades indígenas, que eram compostas por diversas tribos e nações, e a diversidade cultural dos africanos escravizados, que vinham de diferentes regiões com línguas e tradições distintas, dificultavam a formação de um movimento unificado. A repressão brutal das autoridades a qualquer tentativa de revolta, que incluía punições severas e execuções, criava um clima de medo que desestimulava a resistência (UFAC, 2019; USP, 2024).

A análise do racismo institucional revela um fenômeno complexo que impacta profundamente as funções cognitivas e o processo de aprendizagem de indivíduos pertencentes a grupos racialmente marginalizados, afetando também a saúde mental e o bem-estar emocional dos estudantes. Um estudo do Departamento de Psiquiatria e Ciências Comportamentais da Universidade Emory evidencia como o estresse do racismo altera o cérebro e aumenta o risco de problemas médicos como asma, diabetes e dor crônica (Emory University, 2024). Essas descobertas vão além do crescente corpo de evidências de que o racismo prejudica a saúde e o bem-estar geral da vítima, descrevendo o que realmente acontece com a estrutura da matéria branca no cérebro daqueles que sofrem racismo e discriminação (Emory University, 2024).

Entendemos que a presença do racismo, como prática social, representa um obstáculo à redução das desigualdades raciais, que só pode ser superado com a mobilização de esforços específicos. A implementação de políticas públicas localizadas e capazes de dar respostas eficientes frente ao quadro grave de

desigualdades raciais é uma exigência para a construção de um país com maior justiça social (IPEA, 2013; TRE-AL, 2024). A ausência reiterada do Estado e a baixa qualidade dos serviços prestados às populações negras são sinais explícitos do racismo institucional que opera historicamente nessas instituições (Almeida, 2019). A constante demanda por dados desagregados que expressem as vivências da população negra brasileira é fundamental para aprimorar políticas públicas e combater essas desigualdades (IPEA, 2013; Almeida, 2019).

Esses efeitos cognitivos têm implicações significativas para a sociedade como um todo. Quando um segmento da população enfrenta barreiras cognitivas e emocionais devido ao racismo institucional, isso não apenas limita seu potencial individual, mas também reduz a diversidade de perspectivas e inovações que são essenciais para o progresso social e econômico. A exclusão de vozes diversas empobrece o debate público e impede a construção de soluções abrangentes para os desafios que enfrentamos (Almeida, 2019; Munanga, 2019).

Portanto, é crucial que instituições educacionais, governamentais e organizacionais reconheçam e abordem o racismo institucional de maneira proativa. Isso envolve a implementação de políticas que promovam a inclusão, a diversidade e o apoio a grupos marginalizados. Criar ambientes que valorizem a equidade não apenas mitiga os efeitos negativos do racismo nas funções cognitivas, mas também permite que todos os indivíduos alcancem seu pleno potencial (López, 2012; Organização Pan-Americana da Saúde, 2023). Estabelecer relações com a Neuropsicopedagogia na Educação Infantil significa assimilar a complexa relação do desenvolvimento das funções cerebrais, seus mecanismos biológicos que influenciam diretamente na aprendizagem, no comportamento e na saúde das crianças ao longo da vida (Costa, 2023; Silva, 2021).

Além disso, a conscientização e a educação sobre o racismo institucional são fundamentais para promover mudanças significativas. Fomentar um diálogo aberto e honesto sobre essas questões é essencial para dismantelar as estruturas que perpetuam a desigualdade. A formação de alianças entre diferentes grupos sociais e a promoção de iniciativas comunitárias podem fortalecer a luta contra o racismo e criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

Considerando a relevância social do estudo sobre preconceito racial no Brasil,

a luta contra o racismo institucional é uma responsabilidade coletiva que exige ação contínua e comprometida (Gomes, 2019).. Somente por meio de esforços conjuntos podemos garantir que todos tenham a oportunidade de prosperar, contribuindo para um futuro mais justo e equitativo. A construção de uma sociedade inclusiva não é apenas uma questão de justiça social, mas também um imperativo para o desenvolvimento humano e o progresso coletivo.

O racismo pode afetar as funções cognitivas de diversas maneiras, impactando a saúde mental e o desempenho acadêmico e profissional de indivíduos pertencentes a grupos racialmente marginalizados. Aqui estão algumas das principais formas pelas quais o racismo pode influenciar as funções cognitivas (ORLANDO; FERREIRA, 2014):

1. Estresse Crônico; A experiência contínua de discriminação e preconceito pode levar a um estado de estresse crônico. Esse estresse pode afetar a memória, a atenção e a capacidade de tomar decisões, dificultando o aprendizado e a performance em ambientes acadêmicos e de trabalho.

2. Dificuldades de Concentração; A preocupação constante com a discriminação pode desviar a atenção dos indivíduos, tornando mais difícil focar em tarefas importantes. Isso pode resultar em um desempenho inferior em atividades que exigem concentração e raciocínio crítico.

3. Impacto na Memória; O estresse e a ansiedade associados ao racismo podem prejudicar a capacidade de retenção e recuperação de informações. Isso pode afetar negativamente o aprendizado e a capacidade de aplicar conhecimentos em situações práticas.

Fica claro que a consciência moral implica uma espécie de cisão, uma rupturada consciência, com uma parte clara que se opõe à parte sombria. Para que haja moral, é necessário que desapareça da consciência o preto, o escuro, o negro. A identidade negra madura resulta do reconhecimento das reações específicas dos negros aos abusos hegemônicos dos brancos e de uma avaliação moral dessas reações, de modo que a condição humana dos negros não dependa da redução dos outros a deuses ou demônios. Mbembe (2014, p. 43) nos afirma: O Negro é de facto o elemento central que, ao mesmo tempo que permite criar, através da plantação, uma das mais eficazes formas de acumulação de riqueza na época, acelera a

implantação do capitalismo mercantil, do trabalho mecânico e do controle do trabalho subordinado. Nesta altura, a plantaçoão representa uma inversão de formato, e não simplesmente do ponto de vista da privação de liberdade, do controle de mobilidade da mão-de-obra e da aplicação ilimitada da violência. A invenção do Negro abrirá igualmente caminho a inovações fundamentais nos domínios do transporte, da produção, da comercialização e dos seguros.

Por isso, um negro estará a todo momento combatendo a própria imagem em detrimento ao racismo que não afeta apenas a vida social e econômica dos indivíduos, mas também tem um impacto profundo em suas funções cognitivas. Abordar essas questões é fundamental para promover a equidade e garantir que todos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial. A criação de ambientes inclusivos e de apoio pode ajudar a mitigar esses efeitos e promover o bem-estar cognitivo e emocional de todos os indivíduos (Emory University, 2024; Terra, 2023; Almeida, 2019).

A abordagem Neuropsicopedagógica é fundamental para entender e abordar essas questões. Ao integrar conhecimentos da neurociência, psicologia e pedagogia, é possível desenvolver intervenções que considerem as especificidades culturais e raciais dos alunos (ORLANDO; FERREIRA, 2014). A promoção de uma educação antirracista, que valorize a diversidade e a equidade, é essencial para criar um ambiente de aprendizado que favoreça o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

Quando aplicada ao contexto do racismo, a neuropsicopedagogia pode oferecer insights valiosos sobre como as desigualdades raciais impactam o desenvolvimento cognitivo e o desempenho acadêmico de indivíduos de grupos racialmente marginalizados.

A neuropsicopedagogia integra conhecimentos que buscam compreender como o cérebro processa a aprendizagem e como intervenções podem superar dificuldades educacionais (Santos, 2019; Costa, 2023). Essa área enfatiza a relação entre o desenvolvimento das funções cerebrais, seus mecanismos biológicos e o impacto direto na aprendizagem, comportamento e saúde ao longo da vida (Famart, 2025; Silva, 2021).

Estudos apontam que o racismo pode originar estresse crônico, afetando áreas do cérebro relacionadas à memória, concentração e tomada de decisões, o que prejudica

o potencial cognitivo e acadêmico dos estudantes (Emory University, 2024; Terra, 2023).

O racismo, por sua vez, é uma forma de discriminação estrutural que consequentemente transforma como que um conjunto de práticas institucionais e interpessoais que geram exclusão. São institucionais porque já estão inseridas na ideologia, mas elas se refletem no comportamento interpessoal das pessoas de forma automática, irracional e irrefletida.

Então, por mais que as pessoas falem que não são racistas, existe toda uma ideologia por trás que sustenta esse racismo. que se baseia na ideia de inferioridade ou superioridade de determinadas raças ou etnias, o que se reflete em práticas de exclusão, violência e preconceito. Quando se considera a relação entre neuropsicopedagogia e racismo, é possível perceber como o racismo impacta o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos indivíduos, influenciando diretamente suas experiências de aprendizagem.

Por isso, um negro estará a todo momento combatendo a própria imagem em detrimento ao racismo, que não afeta apenas a vida social e econômica dos indivíduos, mas também tem um impacto profundo em suas funções cognitivas. Abordar essas questões é fundamental para promover a equidade e garantir que todos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial. A criação de ambientes inclusivos e de apoio pode ajudar a mitigar esses efeitos e promover o bem-estar cognitivo e emocional de todos os indivíduos (Emory University, 2024; Terra, 2023; Almeida, 2019).

Referências Bibliográficas

ABREU, M.; MATTOS, H. Em torno das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 5-20, 2008.

ADORNO, S. Violência e racismo: discriminação no acesso à justiça penal. In: SCHWARCZ, L. M.; QUEIROZ, R. S. (Orgs.). Raça e diversidade. São Paulo: Edusp, 1996. p. 255-275.

ADRIAN, A. B. B. de. O Jornalismo como ferramenta de Educação em Direitos Humanos. In: PORTO JR., G.; ANJOS, A.C.C. (Orgs.). Comunicação, jornalismo e educação: novas narrativas e espaços educativos. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016. cap. 8, p. 153-171.

AGUIAR, M. M.; PIOTTO, D. C.; CORREA, B. C. Relações étnico-raciais e formação docente: situações de discriminação racial na educação infantil. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 373-388, 2015.

ALBUQUERQUE, W. R. de. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 96.

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.

ANDREWS, G. R. “O protesto político negro em São Paulo, 1888-1988”. Estudos Afro-Asiáticos, v. 27, dez. 1991.

APPIAH, K. A. Na casa de meu pai. São Paulo: Contraponto, 1997.

BASTOS, J. L. et al. Discriminação de idade, classe e raça: suas interações e associações com saúde mental em estudantes universitários brasileiros. Cadernos de Saúde Pública, v. 30, n. 1, 2014.

DANDARA, C. Racismo Institucional: um desafio na atenção à saúde da população negra com doença falciforme em João Pessoa-PB. Natal, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19608/1/DandaraBatistaCorreia_DISSERT.pdf. Acesso em: 20 out. 2016.

DU BOIS, W. E. B. As almas do povo negro. Trad. Alexandre Boide. Ilustração Luciano Feijão. Prefácio Silvio Luiz de Almeida. São Paulo: Veneta, 2021.

CARTER, R. T. Racism and psychological and emotional injury: Recognizing and assessing race-based traumatic stress. *The Counseling Psychologist*, v. 35, n. 1, p. 13–105, 2007.

CRUZ, S. S. Mito da democracia racial e estado brasileiro: a materialidade da fantasia. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, Vitória, v. 16, n. 1, p. 1-19, 2018.

EVARISTO, C. O. “Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória”. *Releitura*, Belo Horizonte, n. 23, p. 1-17, 2008.

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: Editora UFBA, 2008.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Minas Gerais: Editora UFJF, 2010.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Maranhão, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

FRANCISCO, J. W. E. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de Ciências e de alguns pensadores. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 14, n. 3, p. 397-416, 2008.

FREINET, C. *Educação pelo trabalho*. Lisboa: Presença, 1969. v. 1.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 42.^a ed.

GOMES, J. L. Laurentino Gomes lança terceiro e último volume da trilogia “Escravidão”. Entrevista concedida a *Rota Cult*, 2022.

IBGE. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Biblioteca IBGE. Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro-RJ, n. 41, 2019. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101681>

. Acesso em: 16 set. 2024.

INSTITUTO MULHER NEGRA. Racismo institucional: uma abordagem conceitual.

WERNECK, Jurema (Org.). 2013. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/381>. Acesso em: 02 set. 2024.

HOOKS, B. Intelectuais negras. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 2005.

LUFT, C. P. Minidicionário Luft. 20. ed. 5ª reimpressão – São Paulo: Editora Ática, 2001.

MATOS, M. S.; BISPO, A. M. C.; LIMA, E. A. C. Educação antirracista e a Lei 10.639/03: uma proposta de implementação a partir do novembro negro do IFBA.

Holos, Natal, v. 2, p. 349-359, 2017.

MARTINS, D.; JÚNIOR, A. Psicologia da saúde e o novo paradigma: novo paradigma? São Paulo, 2001. Disponível em:

<file:///C:/Users/luiz%20ricardo/Downloads/Psicologia+da+sa%C3%BAde+-+paradigma.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

MBEMBE, A. Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. Sair da Grande Noite: Ensaio sobre a África descolonizada. Trad. Fábio Ribeiro. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino das Relações Étnico-Raciais e de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2005. p. 143-154.

MICHELS, M. H. Paradoxos da formação de professores para a educação especial: O currículo como expressão da reiteração do modelo médico-psicológico. 2005.

- MOURA, A. L. C.; AUTIELLO, S. L. M. A imprensa negra como possibilidade estratégica de trabalho para a formação leitora no espaço escolar. *Entreletras*, Araguaína, v. 8, n. 2, p. 282-300, 2017.
- MUNANGA, K. Apresentação. In: *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: MEC-SECAD, 2005. p. 15-20.
- MUNANGA, K. *Negritude: Usos e Sentidos*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- MUNANGA, K. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra*. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.
- MUNANGA, K. A identidade negra no contexto da globalização. In: *Ethnos Brasil*, Ano I – nº 1, março de 2002, pp. 11-20. – UNESP.
- MUNANGA, K. Teorias sobre o racismo. In: *Estudos & pesquisas* 4. Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 1998. pp. 43-65.
- MUNANGA, K. Mistura de sangues e territórios | 23/04/2023. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/6O78cb6-C3g?si=DSRwSvAAqLepg1gq>. Acesso em: 23 de abril de 2024.
- NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: *Tanto preto quanto branco*. São Paulo: Global, 1983.
- ORLANDO, A. F.; FERREIRA, A. J. A sensibilização sobre a diversidade étnico-racial na formação inicial e/ou continuada de professores de línguas. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 36, n. 2, p. 207-216, 2014.
- PEREIRA, A. M. *Trajetórias e perspectivas do movimento negro brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PIETERSE, A. L.; TODD, N. R.; NEVILLE, H. A.; CARTER, R. T. Perceived racism and mental health among Black American adults: A meta-analytic review. *Journal of Counseling Psychology*, v. 59, n. 1, p. 1-9, 2012.

PINTO, A. F. M. Fortes laços em linhas rotas. Campinas. 2014. Tese (Doutorado). Tese (Doutorado História), Unicamp.

PIRES, T. R. O. Criminalização do racismo: entre a política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos. 2013. 323 f. Tese (Doutorado) - PUC-RJ. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=34475@1>. Acesso em: 09 set. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: Biblioteca CLACSO, 2008.

RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/834778/mod_resource/content/1/RIBEIRO%20Darcy.%20O%20povo%20brasileiro%20%281995%29.pdf. Acesso em: 19 maio 2024.

SANTOS, T. V. A. dos. Racismo institucional e violação de direitos humanos no sistema da segurança pública: um estudo a partir do Estatuto da Igualdade Racial. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-16052013-133222/en.php>. Acesso em: 06 jul. 2024.

TAVARES, N.O.; OLIVEIRA, L.V.; LAGES, S.R.C. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v.37, n. 99,

out-dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n99/a05v37n99.pdf>.

Acesso em: 20 out. 2016.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v.25, n.3, jul-set. 2016. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

[12902016000300535&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000300535&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 maio 2017.